

USINA DE POLÊMICA

Um monte de pendências

Segundo técnicos do Ibama, 11 das 40 exigências para instalação de Belo Monte não foram cumpridas

Catarina Alencastro

BRASÍLIA

A licença de instalação (LI) para a Usina de Belo Monte foi concedida apesar de mais de um quarto das condicionantes — 11 das 40 — ter sido considerado pendente pelos técnicos do Ibama que elaboraram, em 23 de maio, o parecer 52/2011. No documento, que embasou a decisão do comitê de avaliação, os técnicos alertam sobretudo para a lentidão da implementação de medidas preventivas ao inchaço das cidades afetadas pela usina. A diretoria de licenciamento do Ibama defende, porém, que é natural haver pendências no processo de licenciamento. E garantiu que serão atendidas antes que ocorram os impactos socioambientais que as condicionantes visam a contornar.

“Como subsídio à avaliação do pedido de emissão da Licença de Instalação do empreendimento, identifi- cou-se neste parecer questões ainda pendentes. Estas relacionam-se, principal- mente, a condicionantes não atendidas e parcialmente atendidas, bem como à não implantação de programas de caráter antecipatório que visavam a preparar a região, notadamente as administrações mu- nicipais, para receber o empreen- dimento”, conclui o parecer 52.

— A concessão de licenças não é matemática. Não é um processo exa- to. Estamos trabalhando com impacto ambiental, que foi previsto no Es- tudo de Impacto Ambiental, por sinal o melhor já elaborado por um em- preendedor que já chegou ao Ibama — garantiu ao GLOBO a diretora de Licenciamento, Gisela Forattini.

O órgão explicou que em todo pro- cesso de licenciamento condicionantes estabelecidas na primeira etapa se es- tendem até o final. E que em todo caso a LI é dada sem o cumprimento integral das exigências impostas na licença prévia. Na quarta-feira, o Ibama con- cedeu a licença de instalação para o empreendimento, com 23 condic ionan- tes que o consórcio terá que cumprir.

Entre o que ainda falta ser cumprido em Belo Monte, a condicionante 2.7 prevê a assinatura de convênios entre o consórcio Norte Energia e as cidades nas áreas de requalificação urbana (adequação da cidade à nova deman- da populacional), saúde e educação para implementação de ações con- cretas. A maioria dos convênios foi firmada, mas três ficaram faltando: de requalificação urbana em Vitória do Xingu e saúde e educação em Senador José Porfírio e Brasil Novo.

AS NOVAS CONDICIONANTES

- 1 Implementar cronogramas e projetos nos planos de: Gestão Ambiental, Ambiental de Construção, Atendimento à População Atingida, Requalificação Urbana, Articulação Institucional, Relacionamento com a População, Saúde Pública, Valorização do Patrimônio, Acompanhamento Geológico, Gestão de Recursos Hídricos, Conservação dos Ecossistemas Terrestres e Aquáticos, Gerenciamento Integrado da Volta Grande, Conservação do Entorno dos Reservatórios
- 2 Apresentar relatórios periódicos com dados e análises dos planos acima
- 3 Apresentar em 30 dias versão final do Projeto Básico Ambiental
- 4 O consórcio deverá apresentar os traçados definidos para as linhas de transmissão de energia
- 5 Detalhar o impacto ambiental do vertedouro complementar
- 6 Apresentar o projeto de engenharia que garanta a navegação na Volta Grande do Xingu e Rio Bacajá
- 7 Apresentar em 6 meses os projetos para os igarapés de Altamira e depois como será monitorada a qualidade da água do reservatório
- 8 Apresentar em 3 meses projeto para monitorar a quantidade de sedimentos que vai se acumular nos bancos de areia do rio
- 9 Antes de qualquer intervenção nos rios, apresentar autorização da Agência Nacional de Águas sobre como a água está sendo captada e de que forma estão sendo lançados os esgotos
- 10 Implantação de saneamento básico
- 11 Apresentar relatórios semestrais sobre a oferta de equipamentos de saúde e educação fornecidos aos municípios da região
- 12 Respeitar o cronograma combinado com as prefeituras para os itens do número 11
- 13 Definir, em acordo com as prefeituras, forma de atender a novas demandas nas áreas de saúde e educação
- 14 Realizar cadastro socioeconômico da população atingida
- 15 População deverá ter livre acesso ao cadastro
- 16 População deverá ter ampla liberdade de escolha sobre as diversas modalidades de indenização previstas no Plano Básico Ambiental
- 17 Implantar fóruns de discussão permanente nos locais atingidos pelas obras
- 18 Apresentar 3 meses depois da conclusão do cadastro socioeconômico proposta de delimitação final da mata ciliar a ser preservada
- 19 Instalar em 180 dias uma estação de coleta de dados sobre animais e plantas da região
- 20 Obter orientações da Funai, Iphan, DNPM, ICMBio, Ministério da Saúde, Inara e Itaipu sobre temas de responsabilidade de cada um desses órgãos
- 21 Continuar ações de apoio à fiscalização ambiental definidas no acordo de cooperação técnica com o Ibama
- 22 Prever testes para vazão e planos de mitigação e compensação dos impactos dentro da fase de enchimento do reservatório
- 23 Pagamento de compensação ambiental de R\$ 99,5 milhões ao Ibama



AS ETAPAS DE LICENCIAMENTO

Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) por parte da empresa, que tem que levantar tudo o que vai fazer e analisar todos os impactos que o empreendimento vai causar para pessoas, plantas, solo, água e animais

Licença Prévia (LP): Autoriza a localização do projeto e dá OK para a viabilidade ambiental que o empreendedor demonstra no EIA/RIMA que a obra tem. Precede a licitação do empreendimento

Licença de Instalação (LI): Autoriza o início das obras. Nesta fase cabe ao Ibama fiscalizar se o empreendedor está cumprindo o que se comprometeu para controlar e monitorar os impactos socioambientais previstos

Licença de Operação: Autoriza o início das operações. No caso de Belo Monte, a geração de energia. Nesta fase cabe ao Ibama fiscalizar se o empreendedor está cumprindo o que se comprometeu para controlar e monitorar os impactos socio-ambientais previstos nesta etapa

Para os técnicos que deram sinal verde à obra, não há problemas na falta de convênio. O importante é que tenha sido acertado um acordo entre a empresa e a prefeitura sobre o que precisará ser feito na cidade.

Outra questão parcialmente atendida foi a condicionante 2.5, que determina a existência de regras claras de monitoramento da qualidade da água do reservatório e do rio. Era preciso que o Norte Energia definisse

critérios científicos para aferir essa qualidade, para cada etapa da obra (escavações, início das barragens etc.). O plano de controle para a fase de enchimento e estabilização do reservatório, porém, não foi entregue.

O Ibama argumenta que cada condicionante é atendida numa etapa da obra. Neste caso, como o reservatório levará mais de um ano para estar pronto, há tempo para fazer prognósticos confiáveis sobre a água.

Outra questão importante no impacto da obra na região é a navegabilidade do Rio Xingu, que os técnicos reconhecem que será dificultada, porque o período de seca, com a obra, será dois meses maior. Além disso, a própria barragem da usina demandará a criação de um sistema para que as populações que usam o Xingu como via de acesso possam ultrapassá-la.

Na condicionante 2.13, a diretoria pede detalhes do mecanismo de trans-

posição de embarcações (criação de um caminho navegável) na barragem que ficará localizada no sítio Pimental, o principal de Belo Monte. O parecer diz que foi parcialmente atendida, pois a empresa “ainda está desenvolvendo atividades prévias à elaboração do projeto básico de engenharia do mecanismo definitivo de transposição”.

Técnicos que participam do licenciamento explicaram ao GLOBO que a transposição da barragem é um impacto que não acontecerá agora e por isso não preocupa o Ibama. A empresa já apresentou a proposta de implementação de mecanismos provisórios que garantem a navegação do Xingu às populações atingidas pelas obras. Essa proposta não foi aprovada, mas começará a ser testada em breve.

Atrasos em obras de saneamento

• A empresa também apresentou alternativas para a transposição permanente da barragem depois que a obra for concluída, viabilizando a navegação da população. Mas falta bater o martelo e apresentar o projeto final.

Outra exigência era a necessidade de iniciar a construção e a reforma de locais de atendimento de saúde e educação onde a obra ocorrerá e nas sedes de Altamira e Vitória do Xingu. Também eram exigidas obras de saneamento básico nestas duas cidades e um sistema de saneamento em Belo Monte e Belo Monte do Pontal antes das obras dos alojamentos.

Os técnicos alertam que só parte das obras estava concluída (as ações de saúde e educação andaram) e o cronograma de início de várias vai atrasar. As obras de saneamento de Altamira e Vitória do Xingu são as mais preocupantes, pelo parecer 52. De fato, elas só começarão em 25 de junho em Vitória do Xingu e em 25 de julho em Altamira, segundo o consórcio.

Apenas em 24 de maio, um dia depois do parecer 52/2011, foram apresentados pelo grupo pré-contratos para execução de obras de saneamento e entendimentos para apresentação de projetos básicos em no máximo 30 dias. Apenas uma obra dessas exigências — das oito listadas no cronograma do parecer da diretoria de licenciamento — estava quase concluída: a de abastecimento de água em Belo Monte e Belo Monte do Pontal. Apenas duas, classificadas de “ações imediatas aprovadas pelo município”, tinham começado, em 24 de maio.

Desafios técnicos e comerciais podem encarecer e atrasar empreendimento

Custo total da obra ainda é considerado uma incógnita por engenheiros

Mônica Tavares

• BRASÍLIA. A autorização para o início das obras levanta apenas um dos vários entraves técnicos e comerciais à construção da Usina de Belo Monte. Devido à complexidade dos trabalhos, há risco de operários encontrarem dificuldades nas escavações, que deverão remover 200,1 milhões de metros cúbicos de terra, e problemas de logística. Existem ainda chances de atrasos no início do funcionamento das linhas de transmissão e de encarecimento do projeto.

Belo Monte precisará de uma logística de grande porte, que exigirá muitos caminhões para levar ferro, aço e cimento aos canteiros da obra. Um engenheiro familiarizado com o projeto disse ao GLOBO que um questão importante é a geológica, e que, apesar de se tratar do segundo empreendimento hidrelétrico mais estudado no país (o primeiro foi Garabi, no Rio Grande do Sul), a área que irá abrigá-lo continua pouco conhecida.

Uma das incógnitas é o desvio da Volta Grande do Xingu, que o

engenheiro classificou como complicado. Desafios na área de geologia podem aumentar o orçamento da obra em 20% e atrasar o cronograma.

A possibilidade de aumento dos custos de Belo Monte já cria dificuldades para que o governo e o consórcio Norte Energia S.A. encontrem investidores para substituir seis construtoras: Serveng (1,25%), Cetenco (1,25%), Mendes Júnior (1,25%), J.Malu-celli Construtora (1%), Galvão (1,25%) e Contern (1,25%).

Investimentos podem ultrapassar US\$ 35 bilhões

O problema, segundo uma fonte, começou porque há incerteza em relação ao custo do empreendimento. O projeto estava inicialmente orçado em R\$ 16 bilhões; depois, com as exigências socioambientais, o valor subiu para R\$ 19 bilhões. A Odebrecht e a Camargo Corrêa, disse a fonte, não quiseram disputar o leilão de Belo Monte porque os investimentos necessários subiram para R\$ 33 bilhões e podem ultrapassar os R\$ 35 bilhões, apesar de cálculos oficiais não

passarem de R\$ 26 bilhões.

— Qualquer mudança ou atraso no cronograma da obra terá impacto no custo — afirmou.

Circulam no mercado rumores de que a Vale poderá assumir a parcela dos sócios que estão deixando a Norte Energia, aumentando sua participação no projeto. No fim de abril, a empresa comprou os 9% da Gaia, do grupo Bertin. Porém, para uma fonte, a entrada da Vale no grupo não tem lógica, porque ela poderia conseguir melhores perspectivas de lucro em qualquer outro investimento no setor, até em energia eólica, uma vez que a taxa de retorno de Belo Monte é considerada muito baixa.

A previsão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é que o leilão das linhas de transmissão que levarão a energia de Belo Monte para o resto do país seja realizado apenas no primeiro semestre de 2012. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ainda não definiu seus traçados. ■

• MP DIZ QUE IBAMA NÃO SERÁ RIGOROSO, na página 30

H. Stern

Coleção FORM, design H.Stern e fabricação Suíça.

Cronógrafo com pulseira de couro marrom 10 x R\$ 300,00 ou R\$ 3.000,00
Relógio com pulseira preta ou de seda rosa 10 x R\$ 194,00 ou R\$ 1.940,00
Relógio automático com pulseira de aço 10 x R\$ 388,00 ou R\$ 3.880,00

GL 1007 0800 022 7442 www.hstern.com.br